Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vem cá para uma conversa

O ato das frentes parlamentares levou a equipe do Ministério da Fazenda a procurar o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) para negociar uma saída à desoneração da folha de salários que não passe pela derrubada do veto. Até aqui, não tem nada que leve os deputados a reverem a posição de retomada da lei aprovada no Parlamento.

Virou um monstrengo

É assim que os deputados têm se referido ao projeto de lei que regulamenta as offshores de energia eólica. É tanto "jabuti" incluído no texto, que há quem considere difícil aprovar tudo ainda hoje. A proposta foi apresentada pelo então senador Jean Paul Prates, atual presidente da Petrobras. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, viajou com Lula e o governo ainda não se posicionou claramente sobre o tema.

O lobby foi forte

O setor de gás entrou forte para tentar modificar a proposta e incluir a energia termoelétrica no texto. Agora, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que espera levar um portfólio de projetos aprovados da pauta verde para a COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes, tenta salvar a lavoura.

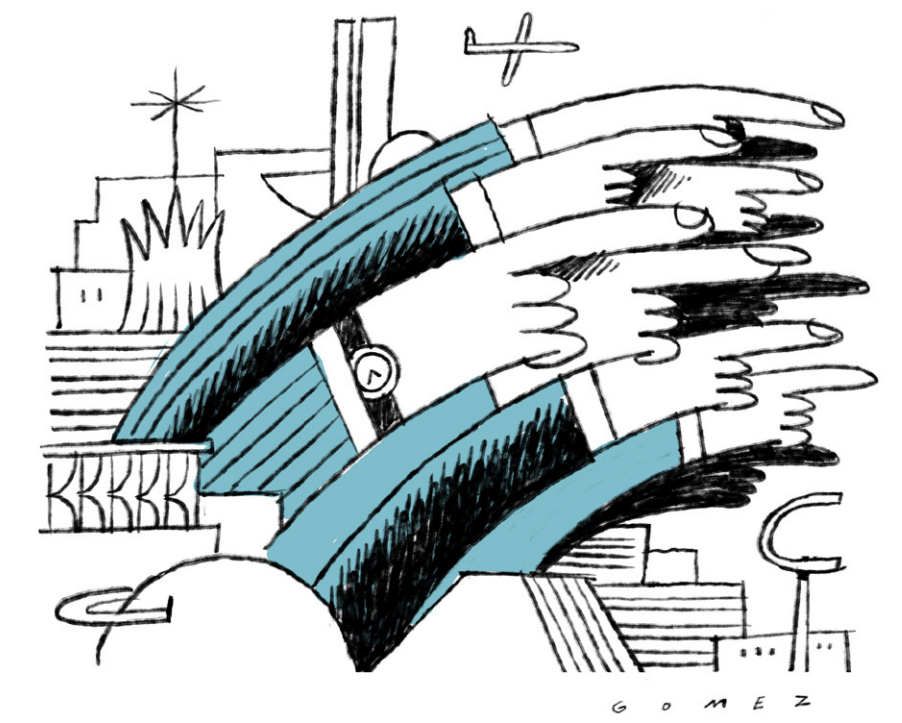
Ensaio geral

Em sua sabatina para o Supremo Tribunal Federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, vai enfrentar perguntas sobre o 8 de janeiro e sobre as decisões do STF a respeito — em especial, em relação ao ministro Alexandre de Moraes. A Operação Lava-Jato também será revisitada. A oposição tem levado esses dos temas à baila nas conversas informais e na tribuna do Senado.

O grande teste das frentes

Consideradas as grandes mobilizadoras de pautas e movimentos na Câmara e no Senado, as frentes parlamentares passarão por um grande teste na votação do veto à desoneração da folha de salários. É a primeira vez que pelo menos 15 frentes se unem e lançam uma espécie de coalizão pela derrubada de um veto. Até aqui, elas vinham ocupando espaço político, mas agiam separadamente. Se esse gesto de coalizão será suficiente para reduzir o poder dos líderes partidários, o painel de votações responderá em breve.

Vale lembrar: no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, as frentes ficaram tão poderosas que, inclusive, indicaram ministros — caso, por exemplo, da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os partidos retomaram esse poder das indicações, mas as frentes, se permanecerem unidas, arriscam se sobrepor aos líderes formais dos partidos.



CURTIDAS

OAB na pressão I/ A contar pelo que disse o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais, Sérgio Leonardo, na 24ª Conferência da Advocacia Brasileira, em Belo Horizonte, vem aí uma onda de defesa das prerrogativas dos advogados — em especial, a sustentação oral. "Não podemos aceitar que a democracia seja silenciada ou tolhida nas tribunas perante órgãos do Poder Judiciário", afirmou.

Reprodução/TV Justiça

OAB na pressão II/ O presidente nacional da Ordem, Beto Simonetti **(foto)**, foi incisivo ao dizer que a independência do Judiciário não pode servir para "camuflar o abuso de autoridade".

Nesse caminho.../ Se não houver uma autocontenção do STF, há quem aposte que os projetos no Legislativo podem ir muito além da limitação das decisões monocráticas.

Semana light/ Ao que tudo indica, a ideia é aproveitar esta semana de autoridades brasileiras em Riad, na Arábia Saudita, e em Dubai, para conseguir fechar os votos pró-Flávio Dino no Senado. Vai embolar tudo de 12 a 15 de dezembro no Parlamento.

SEGURANÇA

Castro acena ao bolsonarismo

Governador recria secretaria e entrega a delegado ligado a Ramagem e Flávio Bolsonaro. Justiça e Planalto veem manobra eleitoral

» FABIO GRECCHI
» VICTOR CORREIA

Waldemir Barreto/Agência Senado

Victor ocupou a Superitendência da PF no Distrito Federal por indicação do senador Flávio Bolsonaro

Apesar de ter afirmado algumas vezes que não recriaria a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro — extinta em 2019 por decisão do então governador Wilson Witzel —, o governador Cláudio Castro não somente remontou o órgão que controlará as ações das polícias Civil e Militar, como colocou à frente dele um delegado federal que tem conexões com figuras de proa do bolsonarismo. Victor César Carvalho dos Santos, ex-superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal, tem estreitas ligações com o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) — ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro —, e com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A escolha do governador foi recebida com desconfiança pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Palácio do Planalto.

A suspeita de setores do governo federal é que a colocação de Victor dos Santos na secretaria seja um cálculo político do governador fluminense, com vistas à eleição da Prefeitura do Rio de Janeiro, no próximo ano. Em função da inelegibilidade do general da reserva Walter Braga Netto, por oito anos, decretada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em outubro, Ramagem ganhou força para ser o candidato do PL na disputa pelo Palácio da Cidade. A escolha de Victor dos Santos seria, na visão de setores do governo Lula, a reabertura, pelo governador fluminense, das pontes com o bolsonarismo — que ficaram abaladas com o pedido de Castro de decretação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) restrita, nos portos e aeroportos fluminenses, e a aproximação com o ministro Flávio Dino.

Victor dos Santos foi indicado para a Superintendência da PF no DF pelo senador Flávio Bolsonaro. Ficou no posto de outubro de 2021 até fevereiro. Além disso, ele teria sugerido ao então interventor na segurança do Distrito Federal, Ricardo Cappelli — hoje secretário-executivo do Ministério da Justiça —, que os presos na tentativa de golpe de 8 de janeiro ficassem em prisão domiciliar. A proposta não foi aceita.

Além do cálculo eleitoral, da parte do governo federal há, também, a preocupação de que um nome ligado ao bolsonarismo possa causar algum ruído dentro da coordenação da GLO em curso no Rio. Por parte das forças federais, isso levará a um modo de atuação semelhante ao de São Paulo, cuja Secretaria de Segurança está sob o comando do feroz antipetista Guilherme Derrite — as ações são coordenadas sob intenso cuidado para não desbordar na direção de um confronto entre o governador Tarcísio de Freitas e o governo federal.

Naturalidade

Por ora, a ordem é tratar com naturalidade a recriação da secretaria fluminense e a colocação de Victor dos Santos para dirigi-la. Ontem, no Rio de Janeiro — onde esteve para participar de uma reunião de monitoramento da GLO e de um evento na Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre segurança portuária —, Ricardo Cappelli disse ver com bons olhos a recriação da pasta.

"Nossa relação institucional com o governo do Rio é boa, respeitosa. A gente vê com bons olhos a recriação da secretaria. Volto a dizer: a chave da segurança pública é a integração. É a Polícia Militar, é a Polícia Civil, é a investigação com as forças ostensivas. É a gente ter mais integração. E a recriação da secretaria vai nesse sentido. Me parece uma medida acertada do governador", frisou. Castro também montou uma corregedoria unificada, para julgar policiais civis e militares investigados por irregularidades administrativas.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça reconheceu que a GLO não é a medida ideal para o combate ao crime organizado. Para ele, o melhor seria triplicar o efetivo da PF ou "multiplicar por 10, 20" os quadros da Receita Federal.

Tensão entre PF e GSI ainda é alta

» HENRIQUE LESSA

Depois de o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marcos Antônio Amaro, afirmar, na segunda-feira, que a segurança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue como responsabilidade exclusiva do órgão, fontes da Polícia Federal demonstraram que ainda há animosidade e desconfiança em relação aos militares lotados no GSI. Apesar de a afirmação de Amaro seguir as determinações de Lula, não blindou o general de críticas de integrantes da PF.

"Amaro só comenta esse tipo de coisa quando o presidente viaja?", provocou uma fonte da corporação.

Depois dos ataques golpistas de 8 de janeiro, quando integrantes do GSI foram acusados de conivência na invasão do Palácio do Planalto, o órgão busca recuperar a imagem desgastada. Uma das primeiras medidas depois do episódio foi uma extensa renovação da equipe.

Fontes do GSI reconhecem que o órgão foi "infestado" de ideologia política no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando foi comandado pelo general da reserva Augusto Heleno. Mas, agora, a estratégia é reforçar o discurso de que é uma instituição de Estado para afastar as desconfianças.

No início do ano, Lula escolheu utilizar o aparato de segurança da PF, mas, em junho, a segurança presidencial voltou ao controle do GSI com a edição de um novo decreto. O movimento foi interpretado como uma derrota para a Polícia Federal e para o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino — que defendia a manutenção da atribuição com a corporação.

O decreto deu a possibilidade de parentes do presidente e do vice optarem pelo GSI ou pela PF. Na mudança, somente a primeira-dama Janja escolheu continuar com a PF a protegê-la.

"A segurança da primeira-dama ficou sob responsabilidade da Polícia Federal. A segurança do presidente da República, do vice-presidente e dos familiares — filhos e filhas do presidente da República — estão sob a responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional", frisou Amaro.

Essa possibilidade de escolha foi chamada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, de "modelo de segurança híbrido". O decreto, porém, garantiu ao GSI a exclusividade na coordenação da proteção do presidente e do vice.

Sem um grupo de servidores próprio, o Gabinete de Segurança Institucional conta com agentes cedidos das Forças Armadas e de integrantes das forças de segurança pública. Com a solicitação de Lula por uma ampliação da participação das corporações civis, foi criada a Coordenadoria de Apoio Policial para incluir os policiais federais escalados na segurança presidencial no primeiro semestre — que tem apenas dois servidores da PF entre os mais de 800 agentes.

Apesar das farpas disparadas pela PF, no GSI a posição é de que o assunto está pacificado. Com as mudanças no Ministério da Justiça — em função da indicação do ministro Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal —, a expectativa é de que as tensões amenizem.